



**ILUSTRÍSSIMO SENHOR AGENTE DE CONTRATAÇÃO DO MUNICÍPIO DE
AMARANTE DO MARANHÃO/MA**

Ref.: Pregão Eletrônico n.º 020/2025

Processo Administrativo n.º 136/2025

ILUMITERRA CONSTRUÇÕES E MONTAGENS LTDA.,

peessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n.º 05.035.581/0001-10, com endereço à Av. Des. Mario da Silva Nunes, n.º 717 – Bloco VII – Condomínio Villagio Limoeiro – Torre C – Sala 215, Jardim Limoeiro, Serra/ES, CEP 29.164-044, endereço eletrônico em contato@ilumiterra.com.br e Tel.: (27) 3086-0805, por seus advogados regularmente constituídos (instrumento procuratório em anexo – **Doc. 01**), com escritório localizado à Av. Nossa Senhora dos Navegantes, n.º 955, Ed. Global Tower – Sala 515, Enseada do Suá, Vitória/ES, CEP: 29.050-335, endereço eletrônico em tiago@zadv.com.br, vem, à elevada presença de Vossa Senhoria, apresentar tempestivamente

RAZÕES RECURSAIS

aos recursos interpostos contra a decisão que declarou desclassificada a proposta de preços da recorrente (21/08/2025), por ausência de desconto linear que não é exigido no Edital, e contra a decisão que declarou classificada a proposta de preços da CONSTRUTORA TRIANGULAR LTDA. (27/08/2025), que contem máculas que ensejam sua exclusão do certame, consoante será comprovado oportunamente nesta peça.



- 1. Síntese dos fatos -

A ILUMITERRA (ora recorrente) tomou conhecimento de que o Município de Amarante do Maranhão deflagrou procedimento licitatório objetivando a *“contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva com fornecimento de materiais para rede de iluminação pública do município de Amarante do Maranhão/MA”*, cujo **critério de julgamento** é o de **MENOR PREÇO** e, interessada em prestar os referidos serviços, formulou proposta, atendendo às exigências do Edital do PE n.º 020/2025.

Na fase de lances, a ILUMITERRA logrou a quinta colocação na disputa licitatória, sendo convocada a apresentar proposta adequada ao lance final, em razão da desclassificação das quatro primeiras colocadas, o que fez tempestivamente.

Após, sobreveio a decisão recorrida proferida em 21/08/2025, que impôs a desclassificação da proposta ofertada pela ILUMITERRA, calcada em parecer técnico que aponta a existência de *“significativa divergência entre o percentual de desconto informado no sistema eletrônico (25%) e os percentuais apurados item a item na planilha”*, sugerindo a *“inabilitação da proposta da empresa”*, por supostamente *“não atender integralmente às exigências editalícias”*.

A decisão, no entanto, carece de **motivo**, uma vez que deixou de indicar expressamente qual item do Edital teria sido descumprido em razão da apresentação de proposta com descontos diferentes para os itens que a compõem.

Ora, qual item editalício impõe às licitantes que seja concedido o mesmo desconto para todos os itens da planilha orçamentaria e que teria sido descumprido pela ILUMITERRA???

A resposta é simples: **NENHUM!!!**



No mesmo sentido, a decisão afronta o **princípio da vinculação ao edital**, uma vez que a licitação em comento tem por critério de julgamento o MENOR PREÇO e não o MAIOR DESCONTO, o que deve ser observado pela Administração e pelos licitantes “*sendo-lhes vedado ampliar o sentido de suas cláusulas, de modo a exigir mais do que nelas previsto*”¹, sobretudo para afastar a proposta mais vantajosa para o objeto licitado, como no caso em apreço.

Não obstante a ilegalidade na desclassificação da ILUMITERRA, o certame prosseguiu com a convocação da próxima colocada no certame, no caso, a CONSTRUTORA TRIANGULAR LTDA. que, ciente da justificativa exposta para a desclassificação da proposta da ILUMITERRA, ofertou proposta adequada ao preço final utilizando-se de artimanhas nas composições de custos dos itens para moldá-los a um desconto único, mediante a utilização de coeficientes negativos e de diminuição do quantitativo licitado e/ou contratado, maculando as composições de custos unitários e, por conseguinte, a própria proposta de preços.

Em que pese as máculas contidas na proposta de preços da CONSTRUTORA TRIANGULAR, dita empresa foi declarada vencedora do certame, no dia 27/08/2025, quando deveria ter sido desclassificada, ante a previsão do item 8.5 do Edital², uma vez que dita proposta não atende a todos os requisitos elencados no Termo de Referência e no projeto básico.

Contra essas decisões, portanto, recorre a ILUMITERRA, conforme razões ora apresentadas, a fim de reformar o resultado final do certame, eis que

i) a ILUMITERRA ofertou proposta de preços atendendo às exigências do Edital, que tem como critério de julgamento o MENOR PREÇO - que não se confunde com o critério de MAIOR DESCONTO -, e que não obriga as licitantes a ofertarem o mesmo desconto em todos os itens da planilha orçamentária, uma vez que os preços dos itens são cotados individualmente, o que enseja descontos distintos para os itens, a fim de obter a melhor proposta para o objeto licitado; e

¹ STF; AgRg no RMS nº 24.555/DF, 1ª Turma, rel. Min. Eros Grau, julgado em 21/02/2006, publicado em 31/03/2006.

² 8.5. O não envio da proposta ajustada por meio do correio eletrônico **com todos os requisitos elencados no Termo de Referência e projeto básico**, ou o descumprimento das diligências determinadas pelo Agente de Contratação acarretará a desclassificação da proposta, sem prejuízo da instauração de processo sancionatório contra o licitante.



ii) a CONSTRUTORA TRIANGULAR (ora recorrida) ofertou proposta com manipulações nas composições de custos, alterando os coeficientes e os quantitativos, visando dar a impressão de que o mesmo desconto foi ofertado em todos os itens da proposta, o que enseja sua desclassificação.

Antes essas razões, que serão melhor demonstradas na sequência, impõe-se a reforma das decisões recorridas, alterando-se o resultado final do certame, para permitir que a recorrente prossiga na disputa licitatória, mediante a apresentação de documentos de habilitação, o que se requer mediante o provimento deste recurso.

- 2. Da necessária reforma das decisões recorridas -

- **2.1. Da apresentação de proposta em consonância com o critério de julgamento (MENOR PREÇO) e de acordo com o Edital – Da ausência de motivo e da violação ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório que impede a interpretação extensiva das cláusulas do Edital.**

Conforme exposto, atendendo à convocação da Administração, a ILUMITERRA apresentou a proposta adequada ao preço final, no valor de R\$ 4.140.242,46 (quatro milhões cento e quarenta mil duzentos e quarenta e dois reais e quarenta e seis centavos).

Ao verificar dita proposta, a área técnica consignou que a mesma contém um desconto equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do valor orçado, no entanto, compulsando-a, identificou que há descontos diferentes para os diferentes itens que a compõem:



Análise Técnica

Considerando os valores de referência e os valores apresentados pelo fornecedor, verificou-se significativa divergência entre o percentual de desconto informado no sistema eletrônico de licitação (25%) e os percentuais apurados item a item na planilha.

Na análise detalhada:

1. Diversos itens apresentam percentuais de desconto superiores a 30%, enquanto outros se encontram bem abaixo da média declarada.
2. Tal inconsistência demonstra **divergência entre a proposta registrada e os valores efetivamente apresentados na planilha**

ITEM	PREFEITURA	FORNECEDOR	DIFERENÇA	PERCENTUAL DE DESCONTO
1.2	R\$ 397,05	R\$ 260,52	R\$ 136,53	34,39%
1.3	R\$ 119,46	R\$ 95,35	R\$ 24,11	20,18%
1.6	R\$ 154,50	R\$ 111,45	R\$ 43,05	27,86%
1.7	R\$ 277,95	R\$ 205,27	R\$ 72,68	26,15%
1.8	R\$ 508,43	R\$ 332,44	R\$ 175,99	34,61%
1.8	R\$ 424,57	R\$ 288,41	R\$ 136,16	32,07%
1.9	R\$ 1.601,16	R\$ 1.210,80	R\$ 390,36	24,38%
1.10	R\$ 105,13	R\$ 69,46	R\$ 35,67	33,93%
1.10	R\$ 570,90	R\$ 419,94	R\$ 150,96	26,44%
1.11	R\$ 37,10	R\$ 23,96	R\$ 13,14	35,42%
1.11	R\$ 568,54	R\$ 408,00	R\$ 160,54	28,24%
1.34	R\$ 73.690,61	R\$ 51.416,18	R\$ 22.274,43	30,23%
1.35	R\$ 18.521,4	R\$ 12.114,06	R\$ 6.407,34	34,59%

Proposta em desacordo com o Edital – Princípio da Vinculação

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região destacou que não atender integralmente às exigências editalícias constitui motivo legítimo para desclassificação da proposta:

Por essa razão, opinou a área técnica pela desclassificação da proposta, sugerindo que a mesma estaria em desconformidade com o Edital, sem contudo apontar o suposto item editalício em contrariedade:

Diante da divergência entre os valores apresentados no sistema eletrônico de licitação e os constantes da planilha anexa, **sugere-se a inabilitação da proposta da empresa**, uma vez que os dados não refletem a realidade da oferta e podem induzir a erro na análise do certame.

Ocorre que a licitação em comento tem por critério de julgamento o MENOR PREÇO, inexistindo exigência de desconto linear para os itens da planilha orçamentária.



A ausência de indicação do item editalício supostamente violado pela proposta da ILUMITERRA enseja a nulidade da decisão objurgada por ausência de **motivo**, sendo esse elemento essencial do ato administrativo.

É manifesto que inexistente *motivo* para a desclassificação da proposta da ILUMITERRA, conforme previsto no art. 2º, *d*, parágrafo único, *d* da Lei n.º 4.717/65, regra geral aplicável a todos os atos administrativos, o que torna nula a desclassificação da recorrente:

Art. 2º. **São nulos os atos** lesivos ao patrimônio das entidades mencionadas no artigo anterior, **nos casos de:** (...)

d) **inexistência dos motivos;**

(...) Parágrafo único. Para a conceituação dos casos de nulidade observar-se-ão as seguintes normas:

(...) *d)* a inexistência dos motivos se verifica quando a matéria de fato ou de direito, em que se fundamenta o ato, é materialmente inexistente ou juridicamente inadequada ao resultado obtido;

Para impor a desclassificação da proposta ofertada pela ILUMITERRA por inserção de descontos distintos para os diferentes itens da planilha orçamentária, que são cotados individualmente, com fornecedores variados, deveria a decisão recorrida, ou o Parecer que a integra, especificar qual item do Edital restou violado.

Todavia, **sequer foi especificado qual item do Edital obriga a inserção de desconto linear (mesmo desconto) em todos os itens da proposta de preços e que teria restado desatendido pela proposta de menor preço ofertada pela ILUMITERRA .**

Como é sabido, o **motivo** é o “pressuposto de fato e de direito que serve de fundamento ao ato administrativo”³ e, assim, é elemento essencial de validade dele. A **motivação**, por sua vez, é o elemento textual em que são apresentados os **motivos**, bem como justificados os demais requisitos de validade do ato administrativo, e também é elemento essencial de validade dos atos administrativos, na forma da Lei n.º 9.784/99, arts. 2º e 50, I e III.

³ DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 27ª ed. São Paulo: Atlas, 2014, p. 219.



Considerando se tratar de uma decisão que exclui a licitante do certame, é de extremo rigor a identificação precisa de *QUAL* regra do Edital foi violada pela inserção de descontos distintos para os itens da planilha orçamentária, a fim de permitir, inclusive, o exercício pleno do contraditório e da ampla defesa para licitante, a fim de que se possa recorrer do ato que a alijou do certame licitatório.

A ausência de motivo, com a indicação clara, precisa e congruente do item editalício violado ou não atendido pela ILUMITERRA, enseja a nulidade da decisão recorrida.

Do mesmo modo, também se impõe a decisão recorrida porque **não há qualquer regra no Edital** que obrigue as licitantes a inserir o mesmo desconto (desconto linear) em todos os itens da planilha orçamentária.

Importante destacar que a licitação é regida por princípios previstos na Lei n.º 14.133/2021⁴, dentre os quais se encontra o princípio da **vinculação ao edital**. Isso quer dizer que as propostas e documentos serão avaliados de acordo com as regras do Edital, sendo vedado à Administração ampliar o sentido de suas cláusulas, sobretudo para exigir da proponente mais do que o previsto no ato convocatório.

Nesse sentido, se a recorrente atendeu a todas as exigências do ato convocatório, **tendo apresentado proposta adequada ao preço final**, tal qual exigido no item 8.5 do Edital, com comprovada exequibilidade (destacando-se o desconto ofertado no preço global) a classificação de sua proposta é medida necessária diante da máxima de que *“o Edital faz lei entre as partes”*.

MARÇAL JUSTEN FILHO é enfático ao dissertar sobre os critérios de avaliação dos documentos e propostas pela Administração, que não podem extrapolar os previstos em lei e em ato convocatório:

⁴ Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da **vinculação ao edital**, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).



*Depois de editado o ato convocatório, inicia-se a chamada fase externa da licitação. **Os particulares apresentam as suas propostas e documentos, que serão avaliados de acordo com os critérios previstos na Lei e no ato convocatório.** Nessa segunda fase, a Administração verificará quem, concretamente, preenche mais satisfatoriamente as condições para ser contratado.⁵*

Sobre a vinculação ao instrumento convocatório, é clássico ainda o conceito de HELY LOPES MEIRELLES, segundo o qual “o edital é a lei interna da licitação, e, como tal, vincula aos seus termos tanto os licitantes quanto a Administração que o expediu. É impositivo para ambas as partes e para todos os interessados na licitação”.⁶

No mesmo sentido se firmou a jurisprudência do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL:

*Agravo Regimental. Recurso Ordinário em Mandado de Segurança. Administrativo. Licitação. Edital. Impossibilidade de Ampliação do Sentido de suas Cláusulas. Art. 37, XXI, CB/88 e art. 3º, 41 e 43, V, da Lei n. 8.666/93. Certidão Eleitoral. Prazo de Validade. Classificação do Recorrente e das Empresas Litisconsortes Passivas. Inexistência de Violação a Direito Líquido e Certo. **1. A Administração, bem como os licitantes, estão vinculados aos termos do edital [art. 37, XXI, da CB/88 e arts. 3º, 41 e 43, V, da Lei n. 8.666/93], sendo-lhes vedado ampliar o sentido de suas cláusulas, de modo a exigir mais do que nelas previsto.** 2. As certidões de quitação das obrigações eleitorais, na ausência de cláusulas do instrumento convocatório ou de preceito legal que lhes indique prazo, presumem-se válidas até a realização do novo pleito. 3. A habilitação das empresas litisconsortes passivas no certame, com o recorrente, não causa qualquer lesão a direito líquido e certo. 4. Agravo regimental a que se nega provimento. (STF; AgRg no RMS nº 24.555/DF, 1ª Turma, rel. Min. Eros Grau, julgado em 21/02/2006, publicado em 31/03/2006)*

Logo se vê que as regras estabelecidas no instrumento convocatório e na lei vinculam a todos, sem qualquer distinção, sob pena de sua infringência caracterizar benefício de um licitante em detrimento do outro, ou configurar julgamento subjetivo sobre a situação que objetivamente deveria ser considerada aos olhos da Lei e do Edital.

⁵ JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 13. ed., São Paulo: Dialética, 2009, p. 69.

⁶ MEIRELLES, Hely Lopes. Licitação e contrato administrativo. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990. p. 27.



Ademais, conforme destacado do precedente da Corte Suprema, “a Administração, bem como os licitantes, estão vinculados aos termos do edital (...), **sendo-lhes vedado ampliar o sentido de suas cláusulas, de modo a exigir mais do que nelas previsto**”.

Em caso nitidamente semelhante a esse, em que a Comissão Licitante impôs à licitante exigência não prevista expressamente no Edital, impondo a inabilitação da mesma, o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO afastou a decisão administrativa, garantindo o retorno da licitante ao certame, consoante se infere do precedente abaixo inserido:

(...) 2. O edital é a Lei interna da licitação, sendo regido pelo princípio da vinculação ao instrumento convocatório. (...) **4. No presente caso, ao verificar que o edital não exigia expressamente a apresentação de duas certidões de débitos trabalhistas, sendo uma emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego e outra pela Justiça do Trabalho, a sentença recorrida acertadamente determinou a desconsideração da exigência feita pela Comissão de Licitação, garantindo a habilitação da empresa impetrante no certame.** 5. Apelação cível conhecida e negado provimento. (TJMA; AC 0800253-94.2019.8.10.0143; Sexta Câmara Cível; Rel. Des. Antônio José Vieira Filho; DJNMA 27/08/2024)

A jurisprudência dos tribunais pátrios também se posiciona no sentido da necessidade de se observar as regras do Edital, afastando o ato administrativo que é contrário às referidas regras, inclusive que impõe “exigência não prevista expressamente nas normas editalícias”, como no caso em apreço, em atenção ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, conforme se verifica abaixo:

REEXAME NECESSÁRIO. Mandado de segurança. Ilegalidade de ato administrativo. Licitação. Pregão. Inabilitação da impetrante. Comprovação de regularidade fiscal. Ordem concedida. Admissibilidade. Ausência de apresentação de certidão de débitos não inscritos em dívida ativa. **Exigência não prevista expressamente nas normas editalícias. Aplicação do princípio da vinculação ao edital.** (...) Sentença mantida. Não provimento do reexame necessário. (TJSP; RN 1000438-34.2022.8.26.0488; Ac. 17212645; Queluz; Sexta Câmara de Direito Público; Relª Desª Maria Olívia Alves; Julg. 02/10/2023; DJESP 09/10/2023; Pág. 2714)



MANDADO DE SEGURANÇA. PREGÃO ELETRÔNICO. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE DISPOSIÇÃO FINAL EM ATERRO SANITÁRIO PRIVADO, INCLUINDO O TRANSPORTE DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS. Inabilitação da empresa impetrante por não atendimento ao edital quanto à comprovação da capacidade jurídica. Licença de operação emitida em nome de outra empresa pertencente ao mesmo grupo econômico da impetrante. Validade. Impetrante que demonstrou o cumprimento dos requisitos necessários para a habilitação, na medida em que a licença de operação fora emitida em nome da controladora do grupo econômico ao qual pertence. Edital que não exige expressamente que a licença de operação esteja em nome da licitante. Impossibilidade de exigência por parte da comissão de licitação, sob pena de violação ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório. Anulação da decisão de inabilitação e dos atos posteriores do certame. Segurança concedida. Sentença mantida. Reexame necessário e apelação não providos. (TJSP; APL-RN 1017486-32.2020.8.26.0114; Ac. 14599640; Campinas; Décima Câmara de Direito Público; Rel. Des. Antonio Celso Aguilar Cortez; DJESP 07/05/2021; Pág. 2985)

O entendimento do **TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO** sobre a matéria é no mesmo sentido, confira-se:

REPRESENTAÇÃO. LICITAÇÃO. PRINCÍPIOS DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E DO JULGAMENTO OBJETIVO. PROCEDÊNCIA PARCIAL. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada (art. 41 da Lei nº 8.666/1993). No julgamento das propostas, a Comissão levará em consideração os critérios objetivos definidos no edital ou convite, os quais não devem contrariar as normas e princípios estabelecidos pela Lei de Licitações e Contratos Administrativos (art. 44 da Lei nº 8.666/1993). O julgamento das propostas será objetivo, devendo a Comissão de Licitação ou o responsável pelo convite realizá-lo em conformidade com os tipos de licitação, os critérios previamente estabelecidos no ato convocatório e de acordo com os fatores exclusivamente nele referidos, de maneira a possibilitar sua aferição pelos licitantes e pelos órgãos de controle (art. 45 da Lei nº 8.666/1993). (TCU; Ac. 2345/2009; Tribunal Pleno; Rel. Min. Valmir Campelo; Julg. 07/10/2009; DOU 09/10/2009)



Portanto, é uníssona a jurisprudência dos tribunais quanto à necessidade de se afastar o ato administrativo proferido em contrariedade aos termos do Edital - tal qual o ato que declarou a ILUMITERRA desclassificada do certame por inserção de descontos distintos para os diferentes itens da planilha orçamentária cotados individualmente, com fornecedores variados, a fim de formular a melhor proposta -, quando se verifica que a empresa atendeu a todas as exigências do ato convocatório, inclusive quanto à apresentação de proposta adequada ao lance final.

Acrescenta-se ainda que em licitações que têm como critério de julgamento o MENOR PREÇO ***“recomenda-se ao gestor a opção pelo desconto não-linear, uma vez que este incidirá sobre o orçamento prévio elaborado pela administração, a partir de suas pesquisas de mercado”***, sendo o desconto linear juridicamente viável apenas quando a licitação tem como critério de julgamento o MANIOR DESCONTO, como se infere da ementa abaixo colacionada, oriunda de TRIBUNAL DE CONTAS ESTADUAL:

*“(...) Nas hipóteses de compras ou serviços cujos valores sejam fixados em tabelas oficiais ou específicas do ramo, e em sendo o critério de julgamento o de maior desconto, É processo nº 103.626-4/22 rubrica fls. 2026 / 3041 juridicamente viável a adoção do desconto linear. **Nos demais casos, recomenda-se ao gestor a opção pelo desconto não-linear, uma vez que este incidirá sobre o orçamento prévio elaborado pela administração, a partir de suas pesquisas de mercado.** A fixação do desconto mínimo, incluído no edital de licitação, equivale à indicação do preço máximo. A administração pública deverá estabelecer nos instrumentos convocatórios a apresentação de documentos que demonstrem a exequibilidade da proposta. É possível a revisão e a renegociação dos valores registrados na ata de registro de preços, de forma a manter a sua compatibilização com os praticados no mercado. Conhecimento. Expedição de ofício. Ciência. Arquivamento.” (TCERJ; Cons 103626-4/2022; Ac. 159181/2022; Rel. Cons. Christiano Lacerda Ghuerrren; Julg. 10/10/2022)*

Por fim, destaca-se o desconto linear, como requisito de classificação da proposta, **precisa estar expressamente previsto no ato convocatório** (o que não se verifica no caso em apreço), inclusive diante do princípio da vinculação ao edital, conforme demonstrado:



AGRAVO DE INSTRUMENTO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. LIMINAR INDEFERIDA. EDITAL. EXIGÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO MENOR PREÇO. AUSENTE TABELA COM DESCONTO LINEAR EXIGIDA PELO EDITAL. INABILITAÇÃO DA LICITANTE. RELEVÂNCIA DA FUNDAMENTAÇÃO. AUSÊNCIA. Uma vez que a impetrante deixou de cumprir disposição previamente contida no edital de licitação para fins de classificação, **não apresentando proposta que atendesse as exigências expressamente previstas no edital, qual seja, planilha com desconto linear**, não é possível falar em ilegalidade do ato que a desclassificou do processo licitatório. Ausência de demonstração da relevância da fundamentação, a indicar a probabilidade do direito. Inexistência de fumus boni juris, necessário à concessão da liminar pleiteada. Liminar indeferida. Decisão mantida. Recurso a que se nega provimento. (TJMG; AI 1343971-05.2023.8.13.0000; Sexta Câmara Cível; Rel. Des. Júlio Cezar Guttierrez; Julg. 05/12/2023; DJEMG 07/12/2023)

Demonstrado, pois, que a exigência de desconto linear não consta do Edital, sobretudo como requisito de classificação, a reforma da decisão objurgada é medida que se impõe, frente ao princípio da vinculação ao Edital.

➤ **2.2. Da manipulação das composições de custos pela CONSTRUTORA TRIANGULAR que maculam a proposta ofertada, ensejando sua desclassificação por violação ao disposto no item 8.5 do Edital.**

Também deve ser reformada a decisão recorrida que declarou classificada a proposta ofertada pela CONSTRUTORA TRIANGULAR LTDA. (recorrida), declarada vencedora do certame, eis que nela **os coeficientes e quantitativos foram manipulados** para se alcançar o mesmo desconto em todos os itens, o que enseja a desclassificação da proposta por violação ao item 8.5 do Edital⁷, uma vez que a proposta não atende aos requisitos do Termo de Referência.

⁷ 8.5. O não envio da proposta ajustada por meio do correio eletrônico com todos os requisitos elencados no Termo de Referência e projeto básico, ou o descumprimento das diligências determinadas pelo Agente de Contratação acarretará a desclassificação da proposta, sem prejuízo da instauração de processo sancionatório contra o licitante.



A fim de melhor evidenciar o que se alega, colocamos a seguir as imagens abaixo, extraídas das composições de preços unitários dos itens 1.5, 1.7, 1.20, 1.25, 1.36 e 1.37, apresentadas pela recorrida, que evidenciam as manipulações nas composições originárias, com a inserção de coeficientes negativos:

1.5. S12181 Luminária LED pr iluminação pública, c/ vidro de prot. anti vandalismo contra impacto IK08, 142Watts, 18300Lumens, 4500K, IRC=70, base pr rell fotocatalítica/energia PPIN, corpo alum. injet. pint. poliester a pó. 220V IP66 vida útil 100 mil horas (un)

ENCARGOS COMPLEMENTARES	FONTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
S10502 Encargos Complementares - Estrutura	ORSE	n	5,44275509	R\$ 3,75	R\$ 20,41
S10509 Encargos Complementares - Servente	ORSE	n	5,44275509	R\$ 3,38	R\$ 21,12
TOTAL Encargos Complementares					R\$ 41,53
MATERIAL	FONTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
112985 Luminária LED pr iluminação pública, c/ vidro de prot. anti vandalismo contra impacto IK08, 142Watts, 18300Lumens, 4500K, IRC=70, base pr rell fotocatalítica/energia PPIN, corpo alum. injet. pint. poliester a pó. 220V IP66 vida útil 100 mil horas	ORSE	un	1,00000000	R\$ 2.350,85	R\$ 2.350,85
TOTAL Material					R\$ 2.350,85
Valor de Obra					
8201056 Estrutura (ferros)	ORSE	n	5,44275509	R\$ 16,41	R\$ 85,94
8061115 Servente de obras (diária)	ORSE	n	5,44275509	R\$ 11,70	R\$ 63,35
TOTAL Valor de Obra					R\$ 150,29
VALOR					2.164,47
VALOR BDI (23,22%)					543,38
VALOR COM BDI					2.697,85

1.7. S13399 Luminária em LED para iluminação pública, 50W, 100 a 220V, Fluxo luminoso 4200 a 4300 lumens, Temp. cor 8000/6500K, IRC= ou 70%, modelo Induspar ou similar (un)

ENCARGOS COMPLEMENTARES	FONTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
S10502 Encargos Complementares - Estrutura	ORSE	n	0,51812233	R\$ 1,70	R\$ 0,84
S10509 Encargos Complementares - Servente	ORSE	n	0,51812233	R\$ 3,00	R\$ 0,24
TOTAL Encargos Complementares					R\$ 0,38
MATERIAL	FONTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
133673 Luminária em LED para iluminação pública, 50W, 100 a 220V, Fluxo luminoso 4200 a 4300 lumens, Temp. cor 8000/6500K, IRC= ou 70%, modelo Induspar ou similar	ORSE	un	1,00000000	R\$ 179,81	R\$ 179,81
TOTAL Material					R\$ 179,81
Valor de Obra					
8061115 Servente de obras (diária)	ORSE	n	0,51812233	R\$ 16,41	R\$ 0,17
8061115 Servente de obras (diária)	ORSE	n	0,51812233	R\$ 11,70	R\$ 0,12
TOTAL Valor de Obra					R\$ 0,30
VALOR					316,49
VALOR BDI (23,22%)					73,38
VALOR COM BDI					390,72

1.20. S12068 Quadro Geral de distribuição de embudo, com barramento, em chapa de aço galvaniz. com pintura eletrolítica para até 800A, medindo:1800x1000x600mm, exclusão disjuntores (un)

ENCARGOS COMPLEMENTARES	FONTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
S10502 Encargos Complementares - Estrutura	ORSE	n	-9,23860048	R\$ 3,75	R\$ 147,15
S10509 Encargos Complementares - Servente	ORSE	n	-30,23860048	R\$ 3,38	R\$ 152,29
TOTAL Encargos Complementares					R\$ 299,44
MATERIAL	FONTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
110874 Quadro Geral de distribuição de embudo, com barramento, em chapa de aço galvaniz. com pintura eletrolítica para até 800A, medindo:1800x1000x600mm, exclusão disjuntores	ORSE	un	1,00000000	R\$ 17.111,20	R\$ 17.111,20
TOTAL Material					R\$ 17.111,20
Valor de Obra					
8201056 Estrutura (ferros)	ORSE	n	33,23860048	R\$ 16,41	R\$ 546,29
8061115 Servente de obras (diária)	ORSE	n	30,23860048	R\$ 11,70	R\$ 481,87
TOTAL Valor de Obra					R\$ 1.028,16
VALOR					18.785,28
VALOR BDI (23,22%)					4.363,36
VALOR COM BDI					23.148,64



1.25. 500458 Disjuntor termomagnético tripolar 125 A com caixa moldada 10 kA (un)						
Equipamento	Fonte	Unid	Coefficiente	Preço Unitário	TOTAL	
510532	Energias Complementares - Estrutura	CHSE	4.662,75414	R\$ 3,35	R\$ 15,50	R\$ 2,80
510549	Energias Complementares - Servidor	CHSE	4.662,75414	R\$ 3,35	R\$ 15,50	R\$ 2,70
TOTAL Energias Complementares					R\$ 3,00	
Material	Fonte	Unid	Coefficiente	Preço Unitário	TOTAL	
510064	Capacitor termomagnético tripolar 125 A com caixa moldada 10 kA	CHSE	1.000,00000	R\$ 449,00	R\$ 449,00	R\$ 1.415,00
TOTAL Material					R\$ 449,00	
Mão de Obra	Fonte	Unid	Coefficiente	Preço Unitário	TOTAL	
424363	Servente (Diária)	CHSE	4.304,45112	R\$ 11,41	R\$ 11,41	R\$ 11,41
520110	Servente de classe (Diária)	CHSE	4.304,45112	R\$ 11,79	R\$ 11,79	R\$ 11,79
TOTAL Mão de Obra					R\$ 23,20	
VALOR					424,00	
VALOR BDI (25,22%)					107,00	
VALOR COM BDI					531,00	

1.26. 102103 TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO, 45 KVA, TRIFÁSICO, 60 HZ, CLASSE 15 KV, IMERSO EM ÓLEO MINERAL, INSTALAÇÃO EM POSTE (NÃO INCLUI SUORTE) - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO, AF. 12/2026 (UN)						
Equipamento	Fonte	Unid	Coefficiente	Preço Unitário	TOTAL	
5005	GRUPO DE DISTRIBUIÇÃO TRIFÁSICO, CAPACIDADE MÁXIMA DE CARGA 4500 KVA, MOMENTO MÁXIMO DE CARGA 11,7 TM, ALCANCE MÁXIMO HORIZONTAL 9,70 M, INCLUSIVE CAMINHÃO TÓCO PBT 14.000 KG, POTÊNCIA DE 185 CV - CHP DIURNO, AF. 06/2014	CHP	4.532,72207	R\$ 241,50	R\$ 241,50	R\$ 1.152,25
TOTAL Equipamento Custo Horário					R\$ 241,50	
Material	Fonte	Unid	Coefficiente	Preço Unitário	TOTAL	
5005103	TRANSFORMADOR TRIFÁSICO DE DISTRIBUIÇÃO, POTÊNCIA DE 45 KVA, TENSÃO NOMINAL DE 15 KV, TENSÃO SECUNDÁRIA DE 220/127V, EM ÓLEO ISOLANTE TIPO MINERAL	UN	1.000,00000	R\$ 14.915,51	R\$ 14.915,51	R\$ 14.915,51
TOTAL Material					R\$ 14.915,51	
Mão de Obra com Energias Complementares	Fonte	Unid	Coefficiente	Preço Unitário	TOTAL	
5005103	ALZAR DE ELETRICISTA COM ENCARREGOS COMPLEMENTARES	CHP	17.343,00000	R\$ 19,37	R\$ 19,37	R\$ 437,70
5005103	ELETRICISTA COM ENCARREGOS COMPLEMENTARES	CHP	17.343,00000	R\$ 19,37	R\$ 19,37	R\$ 437,70
TOTAL Mão de Obra com Energias Complementares					R\$ 38,74	
VALOR					13.891,00	
VALOR BDI (25,22%)					3.501,30	
VALOR COM BDI					17.392,30	

1.27. 102105 TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO, 300 KVA, TRIFÁSICO, 60 HZ, CLASSE 15 KV, IMERSO EM ÓLEO MINERAL, INSTALAÇÃO EM POSTE (NÃO INCLUI SUORTE) - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO, AF. 12/2026 (UN)						
Equipamento	Fonte	Unid	Coefficiente	Preço Unitário	TOTAL	
5005	GRUPO DE DISTRIBUIÇÃO TRIFÁSICO, CAPACIDADE MÁXIMA DE CARGA 4500 KVA, MOMENTO MÁXIMO DE CARGA 11,7 TM, ALCANCE MÁXIMO HORIZONTAL 9,70 M, INCLUSIVE CAMINHÃO TÓCO PBT 14.000 KG, POTÊNCIA DE 185 CV - CHP DIURNO, AF. 06/2014	CHP	4.580,91104	R\$ 241,50	R\$ 241,50	R\$ 1.115,25
TOTAL Equipamento Custo Horário					R\$ 241,50	
Material	Fonte	Unid	Coefficiente	Preço Unitário	TOTAL	
5005105	TRANSFORMADOR TRIFÁSICO DE DISTRIBUIÇÃO, POTÊNCIA DE 300 KVA, TENSÃO NOMINAL DE 15 KV, TENSÃO SECUNDÁRIA DE 220/127V, EM ÓLEO ISOLANTE TIPO MINERAL	UN	1.000,00000	R\$ 45.377,20	R\$ 45.377,20	R\$ 45.377,20
TOTAL Material					R\$ 45.377,20	
Mão de Obra com Energias Complementares	Fonte	Unid	Coefficiente	Preço Unitário	TOTAL	
50247	ALZAR DE ELETRICISTA COM ENCARREGOS COMPLEMENTARES	CHP	114.300,00000	R\$ 16,60	R\$ 16,60	R\$ 1.945,20
50254	ELETRICISTA COM ENCARREGOS COMPLEMENTARES	CHP	114.300,00000	R\$ 16,60	R\$ 16,60	R\$ 1.945,20
TOTAL Mão de Obra com Energias Complementares					R\$ 33,20	
VALOR					45.681,20	
VALOR BDI (25,22%)					11.378,50	
VALOR COM BDI					56.455,70	

As máculas ora comprovadas evidenciam que a proposta final apresentada pela CONSTRUTORA TRIANGULAR LTDA. jamais poderia ter sido aceita pela Administração, por conter manipulação que altera as composições originais dos itens, tornando-os deficitários, eis que não contemplam todos os custos necessários à execução do objeto licitado, sendo, por conseguinte, inexequível a proposta.



Nesse interim, a classificação da proposta da recorrida, que contém máculas que ensejam sua desclassificação, **viola os princípios da impessoalidade, da igualdade, da moralidade e da probidade administrativa**, devendo ela receber tratamento isonômico com as demais licitantes que foram aliçados do certame por erros em sua proposta.

A análise das propostas e dos documentos deve ser objetiva, de acordo com os critérios de avaliação previamente definidos pela lei e pelo ato convocatório, a fim de não causar a nulidade do certame, como se infere da jurisprudência dos tribunais pátrios, dentre eles o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO:

(...) 3. O entendimento do STJ 3.1 o quadro fático-jurídico dessa natureza tem acolhida pela corte do STJ, de forma pacificada, o que autoriza o julgamento monocrático do presente recurso, senão vejamos: Processual civil e administrativo. Agravo interno nos embargos de declaração no Recurso Especial. Licitação. Contrato de franquia. **Vinculação ao instrumento convocatório. Alteração das regras contratuais após a homologação da licitação. Impossibilidade. Observância do caráter vinculante.** Juízo de valor sobre o mérito recursal. Admissibilidade. Agravo interno não provido. **1. Na hipótese dos autos, a decisão agravada deu provimento ao Recurso Especial da agravada sob o fundamento de que, ainda que se tenha utilizado do princípio da razoabilidade, o tribunal de origem não deveria ter deixado de observar as exigências vinculantes do edital da licitação, em respeito ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório.** (...) (STJ, agint nos EDCL no RESP nº 2.055.767/PE, relator ministro mauro campbell marques, segunda turma, julgado em 11/3/2024, dje de 14/3/2024.) 4. Conclusão 4.1 como é de conhecimento comum, **o edital é a Lei da licitação pública, e a sua aplicação é imperativa não apenas para os concorrentes, como também para as autoridades que representam a comissão e praticam os atos, a exemplo da desclassificação de propostas, de sorte que em assim o fazendo não se tem como intuir que tal ato se revela como arbitrariedade.** 4.2 nego provimento ao recurso. (TJMA; AI 0802695-98.2024.8.10.0000; Primeira Câmara de Direito Público; Rel. Des. Kleber Costa Carvalho; DJNMA 20/11/2024)



AGRAVO DE INSTRUMENTO. MANDADO DE SEGURANÇA. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL INOBSERVADO. PROVIMENTO. **I. O edital da licitação faz Lei entre as partes e, por isso, tanto a Administração Pública, quanto os licitantes, a ele estão diretamente vinculados (Princípio da Vinculação ao Edital), logo, não tendo sido observadas as cláusulas editalícias, deve ser acolhida a pretensão veiculada na inicial.** II. Provimento. (TJMA; AI 0808470-31.2023.8.10.0000; Primeira Câmara de Direito Público; Rel^a Des^a Ângela Maria Moraes Salazar; DJNMA 14/02/2024)

As máculas contidas na proposta de preços ofertada pela CONSTRUTORA TRIANGULAR LTDA. (recorrida), que denotam que a mesma foi manipulada para que o desconto final fosse o mesmo aplicado em todos os itens, ensejam sua desclassificação no certame, eis que, ainda que se cogitasse a “correção” das referidas máculas, dita “correção” importa na **alteração substancial do preço global** e a subsequente **alteração dos descontos concedidos nos itens da planilha, que deixam de ser iguais ao desconto global.**

Para comprovar o que se alega, são anexadas a essa peça recursal as planilhas com as “correções” das máculas contidas na proposta de preços ofertada pela TRIANGULAR (Doc. 02), que denotam que, **a partir dessas correções a proposta ofertada pela empresa equivocadamente declarada vencedora sofre um acréscimo de R\$ 85.060,20 (oitenta e cinco mil e sessenta reais e vinte centavos) em seu valor final,** passando a ser de R\$ 4.225.402,53.

Nesse caso, os vícios ora apontados não são passíveis de correção, por resultarem na apresentação de nova proposta, o que enseja a violação do art. 64 da Lei n.º 14.133/2021⁸, assim como ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, conforme já definiu a jurisprudência em situação semelhante:

⁸ Art. 64. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para: (...) § 1º Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.



DIREITO ADMINISTRATIVO. REEXAME NECESSÁRIO E RECURSO VOLUNTÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. TOMADA DE PREÇOS. DESCLASSIFICAÇÃO DE PROPOSTA COMERCIAL POR DESCUMPRIMENTO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE DE CORREÇÃO SUBSTANCIAL DE PROPOSTA APÓS O PRAZO ESTABELECIDO. CONFIRMAÇÃO DA SENTENÇA. I. Caso em exame reexame necessário e recurso voluntário interpostos contra sentença que concedeu a segurança à empresa impetrante, desclassificando a proposta comercial da empresa terceira interessada, então considerada vitoriosa na tomada de preços nº 10/2023 destinada à construção de escola municipal, por violação ao edital. II. Questão em discussão há duas questões em discussão: (I) determinar se a desclassificação da proposta comercial da empresa terceira interessada por não atender aos requisitos do edital foi correta; (II) estabelecer se a correção de falhas na proposta, após o prazo estabelecido, viola os princípios da isonomia e da vinculação ao instrumento convocatório. III. Razões de decidir a proposta da empresa terceira interessada não apresenta as composições de custos unitários exigidas pelo edital, o que justifica sua desclassificação. **A realização de diligência para correção da proposta, resultando em alteração substancial do preço global, configura inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente, contrariando o disposto no art. 43, § 3º, da Lei nº 8.666/93 e art. 64 da Lei nº 14.133/2021.** A manutenção da sentença concessiva do mandado de segurança é justificada pela necessidade de observância aos princípios da isonomia, legalidade e segurança jurídica no processo licitatório. IV. Dispositivo e tese sentença confirmada. Recurso voluntário desprovido. **Tese de julgamento: 1. A correção de vícios formais em proposta licitatória após o prazo editalício, que resulte na apresentação de nova proposta, viola o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, sendo vedada pelo ordenamento jurídico.** Dispositivos relevantes citados: CF/1988, art. 37, XXI; Lei nº 8.666/1993, arts. 3º, 41, 43; Lei nº 14.133/2021, art. 11, I e II. Jurisprudência relevante citada: STJ, RESP nº 1.894.069/SP, Rel. Min. Assusete magalhães, segunda turma, j. 15/06/2021; TJMG, AP cível/rem necessária nº 1.0000.21.209443-7/002, Rel. Des. Magid nauef láuar, 7ª câm. Cível, j. 21/05/2024. (TJMG; AC-RN 5000955-17.2023.8.13.0643; Primeira Câmara Cível; Rel. Des. Armando Freire; Julg. 15/10/2024; DJEMG 16/10/2024)

Esse mesmo entendimento se extrai de outros precedentes do Poder Judiciário, a seguir colacionados, que concluem pela necessária **exclusão** da proposta de preços quando o erro nela contido significar a majoração do preço final ofertado:



Erros no preenchimento da planilha são formais e, por isso, não são motivos suficientes para a desclassificação da proposta, quando a planilha puder ser ajustada sem a majoração do preço final ofertado. (TJMS; AI 1414652-03.2018.8.12.0000; Primeira Câmara Cível; Rel. Des. Marcelo Câmara Rasslan; DJMS 27/02/2019; Pág. 61)

2. O simples erro na apresentação da planilha não implica, por si só, a desclassificação da proposta sob esse fundamento, sem oportunizar prévia correção, desde que não importe em modificação do lance vencedor, mantendo-se o interesse público na contratação da proposta mais vantajosa. (TRF 4ª Região; APL-RN 5023145-18.2019.4.04.7200; SC; Terceira Turma; Relª Desª Fed. Marga Inge Barth Tessler; Julg. 20/10/2020; Publ. PJe 21/10/2020)

Convém destacar que as máculas contidas na proposta ofertada pela CONSTRUTORA TRIANGULAR (recorrida) não se confundem com meros erros formais, passíveis de correção, uma vez que **afetam diretamente o conteúdo da proposta**, que sofre substancial alteração, com acréscimo do valor de R\$ 85.060,20, afastando a incidência do desconto linear (mesmo desconto) para os diversos itens da planilha orçamentária, uma vez que dita linearidade é somente aparente, não refletindo o conteúdo da proposta apresentada pela recorrida.

A proposta de preços ofertada pela CONSTRUTORA TRIANGULAR (recorrida), em verdade, é muito semelhante à proposta ofertada pela ILUMITERRA (recorrente) e somente conta com aparente desconto linear em todos os seus itens em razão da manipulação nos coeficientes e quantitativos das composições de preços unitários.

Desse modo, as máculas nela contidas são insuscetíveis de correção e importam na desclassificação da proposta ofertada pela recorrida, o que se espera e requer, sobretudo diante da evidente manipulação nas composições de custos, de modo a ludibriar essa Comissão Licitante, o que não pode ser admitido.

No mesmo sentido se manifesta a doutrina especializada de MARÇAL JUSTEN FILHO:



“Um erro de soma pode ser um defeito meramente formal quando não traduzir nem importar um defeito substancial.

Contudo, esse erro pode refletir-se no conteúdo da proposta, tornando-a absolutamente defeituosa. Basta imaginar que o valor defeituoso tenha sido considerado para a formulação de outros elementos. *Imagine-se uma proposta para uma obra de engenharia em que se verifique um erro de soma no tocante às cargas a serem suportadas por uma certa estrutura. **Aquilo que poderia ser irrelevante adquirir, nesse contexto, o caráter de essencialidade. É absolutamente insanável tal defeito.**”⁹*

Com efeito, o entendimento acima é inteiramente aplicável ao caso, uma vez que o aparente desconto linear concedido pela recorrida em sua proposta de preços na verdade revela que as composições de custos unitários foram manipuladas de modo a se obter, aparentemente, o mesmo desconto (desconto linear) em todos os itens da planilha, camuflando a deficiência da proposta de preços, que não contempla todos os custos necessários à execução do objeto licitado.

Ademais, a retificação dos erros comprovados nesta peça recursal e aceitação da proposta com descontos distintos para os itens e para o preço global, **enseja a violação do princípio da isonomia**, diante da desclassificação da proposta da ILUMITERRA por esse mesmo “motivo”, além de **prejuízo aos cofres públicos**, uma vez que a proposta ofertada pela ILUMITERRA, ilegalmente desclassificada, é menor que a proposta ofertada pela recorrida.

Nesse cenário, a desclassificação da proposta ofertada pela CONSTRUTORA TRIANGULAR LTDA. (recorrida) é medida essencial para a preservação da lisura da licitação, tendo em vista a manipulação dos coeficientes e a diminuição dos quantitativos a fim de obter o mesmo desconto para os diferentes itens planilhados.

⁹ Comentários à lei de licitações e contratações administrativas: Lei 14.133/2021 – São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021, p. 706.



- 3. Dos pedidos -

Ante todo o exposto, **requer sejam recebidas e acolhidas as razões recursais ora apresentadas**, a fim de anular/reformar as decisões recorridas para declarar:

1) classificada a proposta de preços ofertada pela ILUMITERRA (recorrente), permitindo seu prosseguimento no certame à fase de habilitação; e

2) desclassificada a proposta de preços ofertada pela CONSTRUTORA TRIANGULAR LTDA. (recorrida) ante as máculas contidas em suas composições de custos unitários, que evidenciam a manipulação das composições para a obtenção de desconto linear fraudulento.

Nestes termos,
Pede e espera deferimento.

Amarante do Maranhão/MA, 09 de setembro de 2025.

**TIAGO
ROCCON
ZANETTI**
Tiago Roccon Zanetti
OAB/ES 13.753

Assinado digitalmente por TIAGO
ROCCON ZANETTI
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC OAB,
OU=01554285000175, OU=Presencial,
OU=Assinatura Tipo A3,
OU=ADVOGADO, CN=TIAGO
ROCCON ZANETTI
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: sua localização de
assinatura aqui
Data: 2025-09-09 16:30:04
Foxit Reader Versão: 9.7.1

**TATIANA
PETERLE D
ANGELO
MOTTA**
Tatiana Peterle D'Angelo Motta
OAB/ES 17.475

Assinado digitalmente por TATIANA
PETERLE D ANGELO MOTTA
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC OAB,
OU=03077236000114, OU=Presencial,
OU=Assinatura Tipo A3, OU=ADVOGADO,
CN=TATIANA PETERLE D ANGELO
MOTTA
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: sua localização de assinatura
aqui
Data: 2025-09-09 16:30:25
Foxit Reader Versão: 9.7.1

Rol de documentos em anexo:

Doc. 01: Atos Constitutivos da Recorrente e Instrumento Procuratório;

Doc. 02: Composições de custos unitários corrigidas.

(DOC. 01)

10ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA EMPRESA:
"ILUMITERRA CONSTRUÇÕES E MONTAGENS LTDA"

CNPJ: 05.035.581/0001-10

Insc. Estadual: 082.153.92-2

Insc. Municipal 242.080-P. M. Serra – ES

NIRC: 32.201.017.225 de 06/05/2002

JOMAR ROSSMANN DA SILVA, brasileiro, solteiro, empresário, filho de Luiz Lopes da Silva e Érica Amélia Rossmann da Silva, residente e domiciliado à Avn. Professor Fernando Duarte Rabelo, Nº. 1195 – Maria Ortiz – Vitória – ES – CEP 29070-440, inscrito no CPF sob o Nº. 862.677.877-53 e RG. Nº. 1.203.219-SPTC/DI-ES, expedida em 28/10/1998, nascido aos 10 de janeiro de 1977, Natural de Vitória - ES, e

ALEX CORREA LOUREIRO, brasileiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens, empresário, filho de Joaquim Bastos Loureiro e Margarida Correa Loureiro, residente e domiciliado à Rua Primeiro de Maio, Nº. 154 – São José – Vitória – ES – CEP 29031-811, inscrito no CPF sob o Nº. 084.554.117-08 e RG. Nº. 1.615.007-SPTC/DI-ES, expedida em 29/02/2008, nascido aos 29 de abril de 1980, Natural de Vitória – ES, ...

ÚNICOS sócios que compõem a empresa **"ILUMITERRA CONSTRUÇÕES E MONTAGENS LTDA"**, que adota o nome fantasia de **"ILUMITERRA"**, pessoa jurídica de direito privado, Sociedade Empresaria Limitada, com sede à Avenida Desembargador Mario da Silva Nunes, Nº. 717 – Bloco VII – Condomínio Villaggio Limoeiro – Torre C2 – Sala 215 – Jardim Limoeiro - Serra – ES – CEP 29164-044 e foro na Comarca de Serra - ES, inscrita no CNPJ sob o Nº. 05.035.581-0001-10, Insc. Estadual Nº. 082.153.92-2, Insc. Municipal Nº. 242.080-P. M. Serra - ES, devidamente registrada na Junta Comercial do Estado do Espírito Santo sob o Nº. 32.201.017.225 em sessão de 06/05/2002, 1ª. Alt. Contratual Sob Nº. 040552748 em sessão de 09/07/2004, Enquadramento de ME sob Nº. 040615634 em sessão de 26/07/2004, 2ª. Alt. Contratual Sob Nº. 20070230234 em sessão de 12/04/2007, 3ª. Alt. Contratual Sob Nº. 20071161805 em sessão de 20/12/2007, 4ª. Alt. Contratual Sob Nº. 20100376690 em sessão de 23/04/2010, 5ª. Alt. Contratual Sob Nº. 20110855221 em sessão de 23/08/2011, 6ª. Alt. Contratual Sob Nº. 20111139350 em sessão de 29/11/2011, Reenquadramento de ME para EPP sob Nº. 20130799971 em sessão de 22/08/2013, 7ª. Alt. Contratual Sob Nº. 20182064247 em sessão de 05/06/2018, 8ª. Alt. Contratual Sob Nº. 20192318838 em sessão de 11/07/2019 e 9ª. Alt. Contratual Sob Nº. 20201120305 em sessão de 22/12/2020, **R E S O L V E M** registrar o presente Instrumento de Alteração e Consolidação Contratual, sob as cláusulas e condições que se seguem:

Cláusula Primeira,
Do Objeto Social:

A sociedade passa neste ato a ter por objeto social as atividades de (42219/02) **subestações, linhas e redes elétricas**: construção, montagem, manutenção e projetos de subestações, linhas e redes de transmissão e distribuição de energia elétrica, planejamento, consultoria, cadastros, levantamentos topográficos e atualização de sistemas elétricos; (42219/04), (42219/05) **estações, linhas e redes telefônicas**: construção, montagem, manutenção e projetos de estações, linhas e redes de transmissão e telefônicas, planejamento, consultoria, levantamentos topográficos e atualização de sistemas telefônicos; (41204/00), (42111/01) **construção civil**: construção e manutenção de estradas de rodagem, pavimentação em geral, montagens industriais e similares, fiscalização e construção de edifícios, captação e distribuição de água e demais atividades da indústria da construção civil; **construção mecânica**: construção, montagem, manutenção, projeto e consultoria de sistemas mecânicos e arco, treliças, pilares, contraventamentos, insertos metálicos, chumbadores para fixação, grades de proteção, corrimão, portas e portões, obras complementares de engenharia e atividades correlatas; (77195/99) **locação**: locação de máquinas, equipamentos e veículos,

CNPJ: 05.035.581/0001-10

INSC. ESTADUAL: 082.153.92-2

Avn Desembargador Mario Silva Nunes, Nº 717 – Cond. Villaggio Limoeiro – Torre C2 – Bloco VII – Sala 215 – Jardim Limoeiro – Serra - ES – CEP 29.164-044 | Telefone: (27) 3086-0805 | Email: contato@ilumiterra.com.br

com ou sem operador, piloto, maquinista ou motorista, compreendendo como veículos caminhões de qualquer natureza, automóveis, motocicletas, tratores, barcos, isto é, todo e qualquer meio de transportes existentes que auxilia, promove ou conduz por vias terrestres, marítimas ou aéreas, sendo motorizado ou não, locação de automóveis sem motorista ou condutor, serviços de entrega rápida; (43215/00) **instalação e manutenção** Elétrica; (42111/02) **pintura para sinalização** em pistas rodoviárias e aeroportos; (42219/03) **manutenção de redes** de distribuição de energia elétrica; (42138/00) **obras de urbanização** de ruas, praças e calçadas; (43291/04) **montagem e instalação de sistemas**: montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos; (9603301) **gestão e manutenção** de cemitérios;

À vista das modificações ora ajustadas, consolida-se o contrato social com a seguinte redação:

Cláusula Primeira,

Do Nome Comercial, Nome fantasia, Sede e Foro:

A Sociedade gira sob a Denominação Social de "**ILUMITERRA CONSTRUÇÕES E MONTAGENS LTDA**", com nome fantasia de "**ILUMITERRA**", com sede à Avenida Desembargador Mario da Silva Nunes, Nº. 717 – Bloco VII – Condomínio Villaggio Limoeiro – Torre C2 – Sala 215 – Jardim Limoeiro - Serra – ES – CEP 29164-044 e foro na Comarca de Serra - ES;

Cláusula Segunda,

Do Objeto Social:

A sociedade tem por objeto social as atividades de (42219/02) **subestações, linhas e redes elétricas**: construção, montagem, manutenção e projetos de subestações, linhas e redes de transmissão e distribuição de energia elétrica, planejamento, consultoria, cadastros, levantamentos topográficos e atualização de sistemas elétricos; (42219/04), (42219/05) **estações, linhas e redes telefônicas**: construção, montagem, manutenção e projetos de estações, linhas e redes de transmissão e telefônicas, planejamento, consultoria, levantamentos topográficos e atualização de sistemas telefônicos; (41204/00), (42111/01) **construção civil**: construção e manutenção de estradas de rodagem, pavimentação em geral, montagens industriais e similares, fiscalização e construção de edifícios, captação e distribuição de água e demais atividades da indústria da construção civil; **construção mecânica**: construção, montagem, manutenção, projeto e consultoria de sistemas mecânicos e arco, treliças, pilares, contraventamentos, insertos metálicos, chumbadores para fixação, grades de proteção, corrimão, portas e portões, obras complementares de engenharia e atividades correlatas; (77195/99) **locação**: locação de máquinas, equipamentos e veículos, com ou sem operador, piloto, maquinista ou motorista, compreendendo como veículos caminhões de qualquer natureza, automóveis, motocicletas, tratores, barcos, isto é, todo e qualquer meio de transportes existentes que auxilia, promove ou conduz por vias terrestres, marítimas ou aéreas, sendo motorizado ou não, locação de automóveis sem motorista ou condutor, serviços de entrega rápida; (43215/00) **instalação e manutenção** Elétrica; (42111/02) **pintura para sinalização** em pistas rodoviárias e aeroportos; (42219/03) **manutenção de redes** de distribuição de energia elétrica; (42138/00) **obras de urbanização** de ruas, praças e calçadas; (43291/04) **montagem e instalação de sistemas**: montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos; (9603301) **gestão e manutenção** de cemitérios;

Cláusula Terceira,

Do Capital Social:

CNPJ: 05.035.581/0001-10

INSC. ESTADUAL: 082.153.92-2

Avn Desembargador Mario Silva Nunes, Nº 717 – Cond. Villaggio Limoeiro – Torre C2 – Bloco VII – Sala 215 – Jardim Limoeiro – Serra - ES – CEP 29.164-044 | Telefone: (27) 3086-0805 | Email: contato@ilumiterra.com.br

O Capital Social é de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), dividido em 100 (cem) cotas, no valor unitário de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), subscrito pelos sócios e integralizado anteriormente em moeda corrente do país, ficando assim distribuído entre os mesmos:

Jomar Rossmann da Silva	99 cota(s)	R\$ 20.000,00	R\$ 1980.000,00
Alex Correa Loureiro	1 cota(s)	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00
Totalizando	100 cota(s)	R\$ 20.000,00	R\$ 2.000.000,00

Cláusula Quarta:

Da Administração e Uso do Nome Comercial:

A Administração da Sociedade e o uso do Nome Comercial será(ão) exercida(s) por ambos os sócios, separadamente, que incumbir-se(a) de todas as operações e representará(ão) a Sociedade Ativa e Passiva, Judicial e Extrajudicial, fazendo uso da Denominação Social exclusivamente em negócios pertinentes aos fins da sociedade, sendo vedado o seu uso para outros fins, inclusive aval;

Cláusula Quinta:

Do Início das Atividades, Prazo de Duração e Das Filiais:

A atividade tem início em 06 de maio de 2002 e o prazo de duração da Sociedade, será por tempo indeterminado, podendo a mesma abrir filiais ou escritórios de representação em qualquer parte do território nacional ou fora dele, desde que para isso se organizem, obedecendo às disposições legais vigentes à época;

Cláusula Sexta:

Da Responsabilidade Individual:

A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas cotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do Capital Social;

§ 1º. As cotas do Capital Social da Sociedade são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas sem o expresse consentimento da sociedade, cabendo em igualdade de preços e condições, o direito de preferência ao sócio que queira adquiri-las, no caso de algum cotista pretender ceder as que possui;

§ 2º. Os Sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais;

Cláusula Sétima:

Da Declaração de Desimpedimento:

Os administradores declaram sob as penas da lei que não estão impedidos de exercer administração ou gerência da sociedade por Lei especial ou em virtude de condenação criminal ou por se encontrarem sob os efeitos dela, à pena que vede ainda que temporariamente o acesso a cargo público ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade;

Cláusula Oitava:

Da Dissolução da Sociedade:

Ocorrendo o falecimento ou interdição de quaisquer dos Sócios, a sociedade não se dissolverá e ou será extinta, cabendo ao sócio remanescente, determinar o levantamento de balanço na data do falecimento ocorrido ou os herdeiros do pré-morto, deverão em 90 (noventa) dias da data do balanço especial, manifestar(em) sua(s) vontade(s) de ser(em) ou não ingressado(s) à mesma Sociedade, recebendo os direitos e as obrigações contratuais do

pré-morto, ou então receberão todos os seus haveres apurados até o balanço especial, em 12 (doze) prestações iguais e sucessivas, atualizados pelo índice aplicado às cadernetas de poupança, vencendo-se a primeira após 120 (cento e vinte) dias da data do balanço especial;

§ 1º. Em caso de dissolução será procedida a devida liquidação e o patrimônio será dividido entre os sócios proporcionalmente as cotas de capital.

§ 2º. O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio (Arts. 1028 e 1031, CC/2002);

§ 3º. É admissível a exclusão de sócio, desde que por justa causa, considerando-se como tal uma ou mais entre as seguintes hipóteses: falta grave no cumprimento de suas obrigações, incapacidade superveniente, declaração de falência do sócio ou que tenha suas quotas liquidadas por credor em processo de execução

Cláusula Nona:

Do Término do Exercício Social:

O Exercício Social coincidirá com o ano civil findando, portanto em 31 de dezembro de cada ano, quando será procedido o levantamento do balanço do exercício, sendo os lucros assim como as perdas distribuídas ou suportadas pelos sócios, na proporção de suas cotas de Capital Social;

§ 1º. A critério dos Sócios e no atendimento dos interesses da própria Sociedade, o total ou parte dos lucros poderão ser destinados à formação de reservas de lucros, no critério estabelecido pela Lei 6.404/76, ou então permanecer em lucros acumulados para futura destinação;

§ 2º. No caso de algum dos sócios desejar retirar-se da sociedade deverá notificar ao outro por escrito com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, e seus haveres lhe serão reembolsados na modalidade que se estabelece na Cláusula Oitava deste instrumento;

§ 3º. Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão em reuniões, sobre as contas e designarão administradores quando for o caso. (arts 1072, cc/2002);

Cláusula Décima:

Da Retirada "Pró-Labore":

O(s) Sócio(s) no exercício da administração da Sociedade terá(ão) direito a uma retirada a título de "Pró-labore" em valor a ser fixado, em janeiro de cada ano e vigência para todo o exercício, respeitadas as limitações vigentes;

Cláusula Décima Primeira:

Da Prestação de Contas:

Ao término da cada exercício social, em 31 de dezembro, o(s) administrador(es) prestará(ão) contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas cotas, os lucros ou perdas apurados;

Cláusula Décima Segunda:

Das Deliberações e Designação de Administradores:

Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador(es) quando for o caso;

Cláusula Décima Terceira:

Dos Demais Casos:

Os casos omissos ou dúvidas que possam ser suscitadas sobre o presente Contrato serão supridas ou resolvidas com base na Lei das S/A, e noutras disposições legais que forem aplicáveis, ficando desde logo eleito o Foro da Comarca de Serra, neste Estado, para dirimir

quaisquer litígios entre as partes contratantes, decorrentes de ações fundadas neste contrato, renunciando-se a qualquer outro por muito especial que seja;

E, por estarem justos e contratados, em tudo quanto neste instrumento particular foi lavrado, obrigam-se a cumprir o presente contrato e mandaram imprimir, por processo eletrônico de processamento de dados, em Via Única, destinando a registro e arquivamento na Junta Comercial do Estado do Espírito Santo.

Serra - Espírito Santo, 01 de novembro de 2021.

Jomar Rossmann da Silva

Assinado digitalmente

Alex Correa Loureiro

Assinado digitalmente



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa ILUMITERRA CONSTRUÇÕES E MONTAGENS LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
08455411708	ALEX CORREA LOUREIRO
86267787753	JOMAR ROSSMANN DA SILVA



CERTIFICO O REGISTRO EM 05/11/2021 08:27 SOB Nº 20211392219.
PROTOCOLO: 211392219 DE 04/11/2021.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12108130825. CNPJ DA SEDE: 05035581000110.
NIRE: 32201017225. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 01/11/2021.
ILUMITERRA CONSTRUÇÕES E MONTAGENS LTDA

PAULO CEZAR JUFFO
SECRETÁRIO-GERAL
www.simplifica.es.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

PROCURAÇÃO

Por este instrumento particular de procuração, **ILUMITERRA CONSTRUÇÕES E MONTAGENS LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida à Av. Desembargador Mario da Silva Nunes, n.º 717 – Bloco VII – Condomínio Villagio Limoeiro – Torre C2 – Sala 215 – Jardim Limoeiro – Serra/ES, CEP 29.164-044, inscrita no CNPJ sob o n.º 05.035.581/0001-10, por seu representante legal, adiante firmado, nomeia e constitui como seu bastante procurador **Tiago Roccon Zanetti**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ES sob o n.º 13.753, sócio e integrante da ZANETTI ADVOGADOS ASSOCIADOS, sociedade de advogados registrada na OAB sob o n.º 08.117897-0593, e inscrita no CNPJ sob o n.º 09.390.438/0001-06, com escritório profissional localizado à Avenida Nossa Senhora dos Navegantes, n.º 599 – Sala 515, Enseada do Suá, Vitória/ES, CEP: 29.050-335, e-mail: tiago@zadv.com.br, telefax: 55 (27) 3441-7858, outorgando-lhe os poderes contidos nas cláusulas *ad judicium* e *ad judicium et extra*, para representar a outorgante, podendo propor as medidas judiciais e/ou extrajudiciais que entender necessárias, conferindo, ainda, poderes especiais para conciliar, transigir, desistir, firmar compromissos, receber e dar quitação, substabelecer estes em outrem, com ou sem reserva de poderes, em especial para representá-la perante o Município de Amarante do Maranhão/MA, no âmbito do Pregão Eletrônico n.º 020/2025, em qualquer instância.

Serra/ES, 09 de setembro de 2025.

ALEX CORREA

LOUREIRO:08455411708

ILUMITERRA CONSTRUÇÕES E MONTAGENS LTDA.

Representante Legal

Outorgante

Assinado de forma digital por ALEX

CORREA LOUREIRO:08455411708

Dados: 2025.09.09 14:29:25 -03'00'

Substabeleço, com reservas de iguais poderes, à **Natália Fiorot Coradini**, brasileira, casada, advogada regularmente inscrita na OAB/ES sob o n.º 17.690, à **Tatiana Peterle D'Angelo Motta**, brasileira, casada, advogada regularmente inscrita na OAB/ES sob o n.º 17.475, à **Rhayza Franca Rodrigues de Sousa**, brasileira, casada, advogada regularmente inscrita na OAB/ES sob o n.º 20.351, à **Myrna Fernandes Carneiro**, brasileira, solteira, advogada regularmente inscrita na OAB/ES sob o n.º 15.906, à **Marcela Sathler Meleipe Fraga**, brasileira, casada, advogada regularmente inscrita na OAB/ES sob o n.º 17.888, à **Livia Hiluey dos Santos**, brasileira, casada, advogada regularmente inscrita na OAB/ES sob o n.º 36.020, à **Brenda Tonussi Lima**, brasileira, solteira, advogada regularmente inscrita na OAB/ES sob o n.º 31.638, à **Jéssica Mayara de Jesus Marques**, brasileira, solteira, advogada regularmente inscrita na OAB/ES sob o n.º 37.085, à **Gabriela Morgado Horta Barros**, brasileira, casada, advogada regularmente inscrita na OAB/ES sob o n.º 23.573, à **Nicole Jaeger Silva**, brasileira, casada, advogada regularmente inscrita na OAB/ES sob o n.º 19.291, e à **Bruna Graciano Calassara**, brasileira, solteira, advogada regularmente inscrita na OAB/ES sob o n.º 41.731, todas com escritório Avenida Nossa Senhora dos Navegantes, n.º 955, sala 515, Enseada do Suá, Vitória/ES, CEP 29.050-335, os poderes conferidos no presente mandato.

TIAGO
ROCCON
ZANETTI

Tiago Roccon Zanetti – OAB/ES 13.753

Assinado digitalmente por TIAGO ROCCON ZANETTI
Data e Hora: 09/09/2025 14:29:25 -03'00'
OAB: 13.753 - OAB/ES - OAB/ES - OAB/ES
TIAGO ROCCON ZANETTI
Endereço: Rua Nova, 140 - Centro
Cidade: Vitória - ES - 29.050-335
País: Brasil - Versão: 1.0

(DOC. 02)

COEFICIENTE LICITADO (CORRIGIDO)			
Valor Unit	Valor Unit com BDI	Total	Peso (%)
R\$ 2.303.617,50	R\$ 3.633.742,33	R\$ 3.633.742,33	86,05 %
R\$ 207,79	R\$ 372,89	R\$ 106.445,00	4,41 %
R\$ 68,60	R\$ 112,19	R\$ 280.475,00	6,64 %
R\$ 115,88	R\$ 145,10	R\$ 217.650,00	5,15 %
R\$ 209,46	R\$ 261,03	R\$ 52.206,00	1,24 %
R\$ 2.386,74	R\$ 2.988,68	R\$ 597.735,17	14,15 %
R\$ 381,32	R\$ 477,48	R\$ 214.859,00	5,09 %
R\$ 354,85	R\$ 444,36	R\$ 88.871,14	2,10 %
R\$ 1.200,87	R\$ 1.503,72	R\$ 75.186,00	1,78 %
R\$ 78,85	R\$ 98,73	R\$ 264.892,59	6,27 %
R\$ 427,36	R\$ 535,14	R\$ 26.757,00	0,63 %
R\$ 27,83	R\$ 34,84	R\$ 1.008,00	0,25 %
R\$ 426,41	R\$ 533,95	R\$ 133.487,50	3,19 %
R\$ 30	R\$ 11,64	R\$ 5.920,00	0,12 %
R\$ 3,08	R\$ 3,85	R\$ 7.700,00	0,18 %
R\$ 6,38	R\$ 7,95	R\$ 4.188,00	0,11 %
R\$ 3,10	R\$ 4,43	R\$ 27.850,00	0,68 %
R\$ 3,10	R\$ 3,88	R\$ 194,00	0,02 %
R\$ 98,68	R\$ 123,56	R\$ 7.413,60	0,18 %
R\$ 799,03	R\$ 1.000,54	R\$ 30.016,20	0,71 %
R\$ 17.399,03	R\$ 21.728,81	R\$ 43.571,63	1,03 %
R\$ 261,11	R\$ 326,96	R\$ 1.307,84	0,03 %
R\$ 58,27	R\$ 70,46	R\$ 10.569,00	0,25 %
R\$ 56,27	R\$ 70,46	R\$ 7.046,00	0,17 %
R\$ 398,58	R\$ 499,10	R\$ 24.955,00	0,59 %
R\$ 47,47	R\$ 590,79	R\$ 2.981,25	0,07 %
R\$ 41,29	R\$ 52,31	R\$ 2.615,50	0,06 %
R\$ 51,29	R\$ 64,22	R\$ 3.211,00	0,08 %
R\$ 5,59	R\$ 6,99	R\$ 2.097,00	0,05 %
R\$ 1,16	R\$ 1,45	R\$ 2.900,00	0,07 %
R\$ 9,94	R\$ 12,44	R\$ 6.920,00	0,15 %
R\$ 10,14	R\$ 12,72	R\$ 4.000,00	0,09 %
R\$ 102,14	R\$ 127,78	R\$ 2.769,00	0,06 %
R\$ 36,195,59	R\$ 45,324,11	R\$ 226.620,55	5,36 %
R\$ 28,875,19	R\$ 36,157,51	R\$ 361.575,10	8,56 %
R\$ 55,267,96	R\$ 69,265,53	R\$ 207.615,59	4,91 %
R\$ 15.338,98	R\$ 19.207,47	R\$ 76.823,90	1,82 %
R\$ 40.859,24	R\$ 62.429,99	R\$ 52.429,99	1,48 %
R\$ 133,85	R\$ 167,60	R\$ 100.560,00	2,38 %
R\$ 17,42	R\$ 21,81	R\$ 76.305,00	1,81 %
R\$ 26,33	R\$ 32,97	R\$ 18.910,00	2,34 %
R\$ 470.940,00	R\$ 589.620,00	R\$ 589.620,00	13,95 %
R\$ 19,98	R\$ 25,01	R\$ 75.030,00	1,78 %
R\$ 16,87	R\$ 21,12	R\$ 63.360,00	1,50 %
R\$ 30,57	R\$ 38,27	R\$ 114.810,00	2,72 %
R\$ 76,95	R\$ 96,35	R\$ 289.050,00	6,84 %
R\$ 12,61	R\$ 15,79	R\$ 47.370,00	1,12 %
		R\$ 3.374.557,50	79,68 %
		R\$ 850.850,03	20,14 %
		R\$ 4.225.407,53	100,00 %

[illegible]

DIFERENÇA COM A CORREÇÃO:	R\$ 85.060,20
---	-----------------------------

R\$ 85.060,20

**COEFICIENTE NEGATIVO DE MÃO DE
OBRA E EQUIPAMENTO
COMPOSIÇÃO CONSTRUTORA
TRIANGULAR**

1.5. S12161 Luminária LED p/ iluminação pública, c/ vidro de prot. anti vandalismo contra impacto IK09, 142Watts, 18300Lumens, 4000K, IRC>70, base p/ relé fotocélula/telegestão 7PIN, corpo alum.injet. pint. poliester a pó. 220V IP66 vida útil100 mil horas (un)

Encargos Complementares		FORTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
S10552	Encargos Complementares - Eletricista	ORSE	h	-5.44276509	R\$ 3,75	-R\$ 20,41
S10549	Encargos Complementares - Servente	ORSE	h	-5.44276509	R\$ 3,88	-R\$ 21,12
TOTAL Encargos Complementares:						-R\$ 41,53
Material		FORTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
I12985	Luminária LED p/ iluminação pública, c/ vidro de prot. anti vandalismo contra impacto IK09, 142Watts, 18300Lumens, 4000K, IRC>70, base p/ relé fotocélula/telegestão 7PIN, corpo alum.injet. pint. poliester a pó. 220V IP66 vida útil100 mil horas	ORSE	un	1	R\$ 2.350,89	R\$ 2.350,89
TOTAL Material:						R\$ 2.350,89
Mão de Obra		FORTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
K2436S	Eletricista (horista)	ORSE	h	-5.44276509	R\$ 16,47	-R\$ 89,64
I06111S	Servente de obras (horista)	ORSE	h	-5.44276507	R\$ 11,75	-R\$ 83,56
TOTAL Mão de Obra:						-R\$ 153,59
VALOR:						R\$ 2.154,47
VALOR BDI (25.22%):						R\$ 543,35
VALOR COM BDI:						R\$ 2.697,82

1.7. S13599 Luminária em LED para iluminação pública, 50W, 100 a 220v, Fluxo luminoso 4000 a 4200 lumens, Temp. cor 6000/6500K, IRC= ou 70%, modelo Induspar ou similar (un)

Encargos Complementares		FORTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
S10552	Encargos Complementares - Eletricista	ORSE	h	-0.01012335	R\$ 3,75	-R\$ 0,04
S10549	Encargos Complementares - Servente	ORSE	h	-0.01012335	R\$ 3,88	-R\$ 0,04
TOTAL Encargos Complementares:						-R\$ 0,08
Material		FORTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
I13673	Luminária em LED para iluminação pública, 50W, 100 a 220v, Fluxo luminoso 4000 a 4200 lumens, Temp. cor 6000/6500K, IRC= ou 70%, modelo Induspar ou similar	ORSE	un	1	R\$ 319,01	R\$ 319,01
TOTAL Material:						R\$ 319,01
Mão de Obra		FORTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
K2436S	Eletricista (horista)	ORSE	h	-0.01012335	R\$ 16,47	-R\$ 0,17
I06111S	Servente de obras (horista)	ORSE	h	-0.01012335	R\$ 11,75	-R\$ 0,12
TOTAL Mão de Obra:						-R\$ 0,29
VALOR:						R\$ 318,43
VALOR BDI (25.22%):						R\$ 80,30
VALOR COM BDI:						R\$ 398,73

1.20. S12008 Quadro Geral de distribuição de energia, com barramento, em chapa de aço galvaniz. com pintura eletrolítica para até 800A, medindo 1800x1000x500mm, exclusive disjuntores (un)

Encargos Complementares		FORTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
S10552	Encargos Complementares - Eletricista	ORSE	h	-39.23880049	R\$ 3,75	-R\$ 147,15
S10549	Encargos Complementares - Servente	ORSE	h	-39.23880048	R\$ 3,88	-R\$ 152,25
TOTAL Encargos Complementares:						-R\$ 299,40
Material		FORTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
I12874	Quadro Geral de distribuição de energia, com barramento, em chapa de aço galvaniz. com pintura eletrolítica para até 800A, medindo 1800x1000x500mm, exclusive disjuntores	ORSE	un	1	R\$ 17.111,23	R\$ 17.111,23
TOTAL Material:						R\$ 17.111,23
Mão de Obra		FORTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
K2436S	Eletricista (horista)	ORSE	h	-39.23880048	R\$ 16,47	-R\$ 646,25
I06111S	Servente de obras (horista)	ORSE	h	-39.23880048	R\$ 11,75	-R\$ 461,67
TOTAL Mão de Obra:						-R\$ 1.107,35
VALOR:						R\$ 15.703,28
VALOR BDI (25.22%):						R\$ 3.960,36
VALOR COM BDI:						R\$ 19.663,64

**COEFICIENTE LICITADO
(CORRIGINDO)**

COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
1.0000	R\$ 3,75	R\$ 3,75
1.0000	R\$ 3,88	R\$ 3,88
TOTAL Encargos Complementares:		R\$ 7,63
COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
1.0000	R\$ 2.350,89	R\$ 2.350,89
TOTAL Material:		R\$ 2.350,89
COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
1.0000	R\$ 16,47	R\$ 16,47
1.0000	R\$ 11,75	R\$ 11,75
TOTAL Mão de Obra:		R\$ 28,22
VALOR:		R\$ 2.386,74
VALOR BDI (25.22%):		R\$ 601,94
VALOR COM BDI:		R\$ 2.988,68

COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
1.0000	R\$ 3,75	R\$ 3,75
1.0000	R\$ 3,88	R\$ 3,88
TOTAL Encargos Complementares:		R\$ 7,63
COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
1.0000	R\$ 319,01	R\$ 319,01
TOTAL Material:		R\$ 319,01
COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
1.0000	R\$ 16,47	R\$ 16,47
1.0000	R\$ 11,75	R\$ 11,75
TOTAL Mão de Obra:		R\$ 28,22
VALOR:		R\$ 354,86
VALOR BDI (25.22%):		R\$ 89,50
VALOR COM BDI:		R\$ 444,36

COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
8.0000	R\$ 3,75	R\$ 30,00
8.0000	R\$ 3,88	R\$ 31,04
TOTAL Encargos Complementares:		R\$ 61,04
COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
1.0000	R\$ 17.111,23	R\$ 17.111,23
TOTAL Material:		R\$ 17.111,23
COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
8.0000	R\$ 16,47	R\$ 131,76
8.0000	R\$ 11,75	R\$ 94,00
TOTAL Mão de Obra:		R\$ 225,76
VALOR:		R\$ 17.386,03
VALOR BDI (25.22%):		R\$ 4.387,78
VALOR COM BDI:		R\$ 21.773,81

**COEFICIENTE NEGATIVO DE MÃO DE
OBRA E EQUIPAMENTO
COMPOSIÇÃO CONSTRUTORA
TRIANGULAR**

**COEFICIENTE LICITADO
(CORRIGINDO)**

1.25. 509688 Disjuntor termomagnético tripolar 125 A com caixa moldada 10 kA (un)						
Encargos Complementares		FORTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
S10552	Encargos Complementares - Eletricista	ORSE	h	-0,69275414	R\$ 3,75	-R\$ 2,60
S10549	Encargos Complementares - Servente	ORSE	h	-0,69035539	R\$ 3,88	-R\$ 2,70
TOTAL Encargos Complementares:						-R\$ 5,30
Material		FORTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
I10064	Disjuntor termomagnético tripolar 125 A com caixa moldada 10 kA	ORSE	un	1	R\$ 449,86	R\$ 449,86
TOTAL Material:						R\$ 449,86
Mão de Obra		FORTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
024365	Eletricista (horista)	ORSE	h	-0,69445112	R\$ 16,47	-R\$ 11,44
061115	Servente de obras (horista)	ORSE	h	-0,69513203	R\$ 11,75	-R\$ 8,17
TOTAL Mão de Obra:						-R\$ 19,61
VALOR:						R\$ 424,59
VALOR BDI (25,22%):						R\$ 107,08
VALOR COM BDI:						R\$ 531,67

COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
0,6000	R\$ 3,75	R\$ 2,25
0,6000	R\$ 3,88	R\$ 2,33
TOTAL Encargos Complementares:		R\$ 4,58
COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
1,0000	R\$ 449,86	R\$ 449,86
TOTAL Material:		R\$ 449,86
COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
0,6000	R\$ 16,47	R\$ 9,88
0,6000	R\$ 11,75	R\$ 7,05
TOTAL Mão de Obra:		R\$ 16,93
VALOR:		R\$ 471,37
VALOR BDI (25,22%):		R\$ 118,88
VALOR COM BDI:		R\$ 590,25

1.36. 102103 TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO, 45 KVA, TRIFÁSICO, 60 HZ, CLASSE 15 KV, IMERSO EM ÓLEO MINERAL, INSTALAÇÃO EM POSTE (NÃO INCLUI SUPORTE) - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2020 (UN)						
Equipamento Custo Horário		FORTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
5928	GUINDAUTO HIDRÁULICO, CAPACIDADE MÁXIMA DE CARGA 6200 KG, MOMENTO MÁXIMO DE CARGA 11,7 TM, ALCANCE MÁXIMO HORIZONTAL 9,70 M, INCLUISE CAMINHÃO TÔCO PIST 16.000 KG, POTENCIA DE 188 CV - CHP DIURNO. AF_06/2014	SINAPI	CHP	-0,63271287	R\$ 241,93	-R\$ 153,07
TOTAL Equipamento Custo Horário:						-R\$ 153,07
Material		FORTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
00007617	TRANSFORMADOR TRIFÁSICO DE DISTRIBUIÇÃO, POTENCIA DE 45 KVA, TENSÃO NOMENAL DE 15 KV, TENSÃO SECUNDÁRIA DE 220/127V, EM ÓLEO ISOLANTE, TIPO MINERAL	SINAPI	UN	1	R\$ 14.969,91	R\$ 14.969,91
TOTAL Material:						R\$ 14.969,91
Mão de Obra com Encargos Complementares		FORTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
88247	AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SINAPI	H	-31,84338589	R\$ 16,87	-R\$ 537,19
88264	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SINAPI	H	-31,84338589	R\$ 19,98	-R\$ 636,23
TOTAL Mão de Obra com Encargos Complementares:						-R\$ 1.173,42
VALOR:						R\$ 13.891,05
VALOR BDI (25,22%):						R\$ 3.503,32
VALOR COM BDI:						R\$ 17.394,37

COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
0,17604	R\$ 241,93	R\$ 42,59
TOTAL Equipamento Custo Horário:		R\$ 42,59
COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
1	R\$ 14.969,91	R\$ 14.969,91
TOTAL Material:		R\$ 14.969,91
COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
8,8598	R\$ 16,87	R\$ 149,46
8,8598	R\$ 19,98	R\$ 177,02
TOTAL Mão de Obra com Encargos Complementares:		R\$ 326,48
VALOR:		R\$ 15.338,98
VALOR BDI (25,22%):		R\$ 3.860,49
VALOR COM BDI:		R\$ 19.207,47

1.37.102108 TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO, 300 KVA, TRIFÁSICO, 60 HZ, CLASSE 15 KV, IMERSO EM ÓLEO MINERAL, INSTALAÇÃO EM POSTE (NÃO INCLUI SUPORTE) - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2020 (UN)						
Equipamento Custo Horário		FORTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
5928	GUINDAUTO HIDRÁULICO, CAPACIDADE MÁXIMA DE CARGA 6200 KG, MOMENTO MÁXIMO DE CARGA 11,7 TM, ALCANCE MÁXIMO HORIZONTAL 9,70 M, INCLUISE CAMINHÃO TÔCO PIST 16.000 KG	SINAPI	CHP	-4,52859194	R\$ 241,93	-R\$ 1.110,30
TOTAL Equipamento Custo Horário:						-R\$ 1.110,30
Material		FORTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
09007615	TRANSFORMADOR TRIFÁSICO DE DISTRIBUIÇÃO, POTÊNCIA DE 300 KVA, TENSÃO NOMINAL DE 15 KV, TENSÃO SECUNDÁRIA DE 220/127V, EM ÓLEO ISOLANTE, TIPO MINERAL	SINAPI	UN	1	R\$ 49.377,20	R\$ 49.377,20
TOTAL Material:						R\$ 49.377,20
Mão de Obra com Encargos Complementares		FORTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
88247	AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SINAPI	H	-114,393924	R\$ 16,87	-R\$ 1.940,04
88264	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SINAPI	H	-114,393924	R\$ 19,98	-R\$ 2.297,68
TOTAL Mão de Obra com Encargos Complementares:						-R\$ 4.237,73
VALOR:						R\$ 45.085,25
VALOR BDI (25,22%):						R\$ 11.370,50
VALOR COM BDI:						R\$ 56.455,75

COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
0,4111	R\$ 241,93	R\$ 99,46
TOTAL Equipamento Custo Horário:		R\$ 99,46
COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
1	R\$ 49.377,20	R\$ 49.377,20
TOTAL Material:		R\$ 49.377,20
COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
10,3008	R\$ 16,87	R\$ 173,77
10,3008	R\$ 19,98	R\$ 205,81
TOTAL Mão de Obra com Encargos Complementares:		R\$ 379,58
VALOR:		R\$ 49.856,24
VALOR BDI (25,22%):		R\$ 12.573,74
VALOR COM BDI:		R\$ 62.429,99